44 anos

FEDERAÇÃO NACIONAL DA EDUCAÇÃO



3 NOVEMBRO 2026

44 anos de história, compromisso e futuro

UMA DATA QUE CELEBRA O PERCURSO E O COMPROMISSO COM OS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO E O SINDICALISMO DEMOCRÁTICO EM PORTUGAL.

WWW.FNE.PT

PEDRO
BARREIROS

Defender quem educa é defender o futuro



No próximo dia 3 de novembro, a Federação Nacional da Educação (FNE) celebra 44 anos de existência. Uma data que merece ser assinalada, não apenas pelo percurso que fizemos, mas sobretudo por aquilo que esse percurso representa para milhares de profissionais da Educação e para o próprio sindicalismo democrático em Portugal.

A FNE nasceu a 3 de novembro de 1982, numa altura em que a democracia portuguesa dava ainda passos importantes na sua consolidação. Foi a primeira federação de sindicatos de professores do país e assumiu, desde o início, uma forma de estar no sindicalismo que continua a fazer sentido: defender com firmeza os trabalhadores, privilegiar o diálogo e a negociação e preservar a independência perante os poderes políticos.

Secretário-Geral da FNE

Uma escola não funciona apenas com professores.

Em 1989, alargámos a nossa representação aos Trabalhadores de Apoio Educativo, reconhecendo uma realidade que, ainda hoje, nem sempre recebe a devida atenção: uma escola não funciona apenas com professores. Em 2010, passámos a designar-nos Federação Nacional da Educação, uma alteração que traduziu essa visão mais abrangente de todos os profissionais que, com diferentes responsabilidades, contribuem diariamente para o funcionamento das escolas.

Passaram 44 anos. Mudou o país, mudou a sociedade, mudou a escola e mudaram também as exigências colocadas aos profissionais da Educação. O que não mudou foi a necessidade de haver organizações sindicais fortes, independentes e capazes de representar os trabalhadores com seriedade. E talvez nunca tenha sido tão importante refletir sobre essa necessidade como nos tempos que vivemos.

Olhando para a realidade nacional e internacional, é difícil não sentir preocupação com o rumo que determinados acontecimentos estão a tomar. As dificuldades económicas, o agravamento das desigualdades, o problema da habitação, a perda de poder de compra e a instabilidade que atravessa diferentes regiões do mundo estão a criar um clima de insatisfação que merece a nossa atenção.



O descontentamento social não surge por acaso. Tem causas que importa compreender e às quais é necessário responder.



Quando as pessoas trabalham, cumprem as suas obrigações e, ainda assim, sentem dificuldades em assegurar uma vida digna para si e para as suas famílias, alguma coisa não está bem. E não basta aos responsáveis políticos reconhecerem que existem problemas. É preciso tomar decisões, apresentar soluções e, sobretudo, concretizá-las.

O descontentamento social não surge por acaso. Tem causas que importa compreender e às quais é necessário responder. Ignorá-lo ou desvalorizá-lo é um erro. Mas seria igualmente um erro não perceber que esse mesmo descontentamento pode ser aproveitado por movimentos e interesses que pouco têm a ver com a resolução dos problemas das pessoas.

A história ensina-nos que os períodos de maior instabilidade social são também aqueles em que os discursos extremistas encontram terreno mais favorável. A simplificação dos problemas, a procura de culpados e a divisão da sociedade entre uns e outros podem parecer respostas fáceis, mas raramente contribuem para encontrar soluções.

É também por isso que defendo que o sindicalismo tem hoje uma responsabilidade acrescida. Não podemos ficar apenas pela denúncia, pela indignação ou pela contestação. Temos de saber ouvir, compreender as preocupações dos trabalhadores, apresentar propostas e procurar resultados. Sem abdicar da firmeza, mas também sem perder a capacidade de dialogar.

A independência sindical, a liberdade de pensamento, o respeito pela diferença e a participação democrática não são princípios que se invoquem apenas em ocasiões solenes. Têm de estar presentes na prática quotidiana das organizações, nas decisões que tomamos e na forma como nos relacionamos com aqueles que representamos.

É esta a cultura sindical que a FNE tem procurado afirmar ao longo da sua história.

Nunca entendemos a negociação como uma demonstração de fraqueza. Pelo contrário, negociar exige preparação, conhecimento dos problemas, capacidade de argumentação e determinação para defender aquilo em que acreditamos. Também nunca confundimos disponibilidade para encontrar compromissos com aceitação de soluções que prejudiquem os trabalhadores.

O acordo alcançado em maio de 2024, que permitiu iniciar a recuperação do tempo de serviço dos professores, é um exemplo do que pode ser conseguido quando existe persistência reivindicativa e capacidade negocial.

Foi uma conquista importante, com consequências concretas na vida profissional de milhares de docentes. Mas ninguém deve interpretar esse resultado como o fim das nossas reivindicações, porque há ainda muito por fazer. E algumas das decisões que forem tomadas nos próximos tempos terão consequências profundas no futuro da Educação em Portugal.



A Revisão do ECD

A revisão do Estatuto da Carreira Docente é, desde logo, uma oportunidade que não podemos desperdiçar. Precisamos de uma carreira mais atrativa, com melhores condições remuneratórias, sem bloqueios injustificados à progressão e que reconheça verdadeiramente a experiência, o trabalho e a responsabilidade dos professores.

Não podemos continuar a exigir cada vez mais aos docentes sem lhes proporcionar condições adequadas para exercerem a profissão. A burocracia excessiva, a sobrecarga de trabalho, os problemas de indisciplina e as dificuldades em conciliar a vida profissional com a vida pessoal são realidades que conhecemos e que exigem respostas.

Também a falta de professores não se resolve apenas com medidas pontuais ou sucessivas alterações aos mecanismos de recrutamento. É necessário pensar a médio e longo prazo, tornar a profissão mais atrativa para os jovens, criar condições para fixar os docentes nas regiões onde são necessários e evitar que tantos profissionais abandonem prematuramente a carreira.



Foi com essa preocupação que a FNE apresentou o **Mapa Nacional das Necessidades Docentes 2035**.

Queremos contribuir para que o país deixe de responder apenas às dificuldades de cada início de ano letivo e passe a preparar, com antecedência e responsabilidade, as necessidades da próxima década.

Quando falamos dos problemas da Educação...

Mas, quando falamos dos problemas da Educação, não podemos olhar apenas para os professores.

Os Trabalhadores de Apoio Educativo continuam, em muitos casos, sem o reconhecimento profissional que merecem. São indispensáveis ao funcionamento das escolas, ao acompanhamento dos alunos, à inclusão e à segurança de toda a comunidade educativa. Precisamos de mais profissionais, de carreiras devidamente valorizadas, de formação adequada e de condições de trabalho dignas.

Uma escola que não dispõe dos recursos humanos necessários dificilmente consegue responder a todas as exigências que lhe são colocadas.

Preocupa-nos igualmente o ambiente que se vive em muitas escolas. Os problemas de indisciplina, as situações de violência e a crescente dificuldade em assegurar condições de respeito e tranquilidade não podem continuar a ser tratados como questões secundárias. A autoridade dos profissionais tem de ser reconhecida e respeitada, porque sem ela fica comprometida a própria missão educativa.

Defender quem trabalha nas escolas não significa colocar os profissionais de um lado e os alunos ou as famílias do outro. Significa precisamente o contrário. Significa reconhecer que todos têm a ganhar quando existem boas condições de ensino, profissionais valorizados e um ambiente escolar seguro, exigente e respeitador. É esta visão da Educação que queremos continuar a defender.



Olhando agora para o futuro da própria FNE, aproximamo-nos de um momento importante da nossa vida institucional. Em maio de 2027, realizaremos o XIV Congresso, no qual teremos oportunidade de avaliar o trabalho desenvolvido, discutir os desafios que se colocam à Federação e definir as prioridades para os quatro anos seguintes.

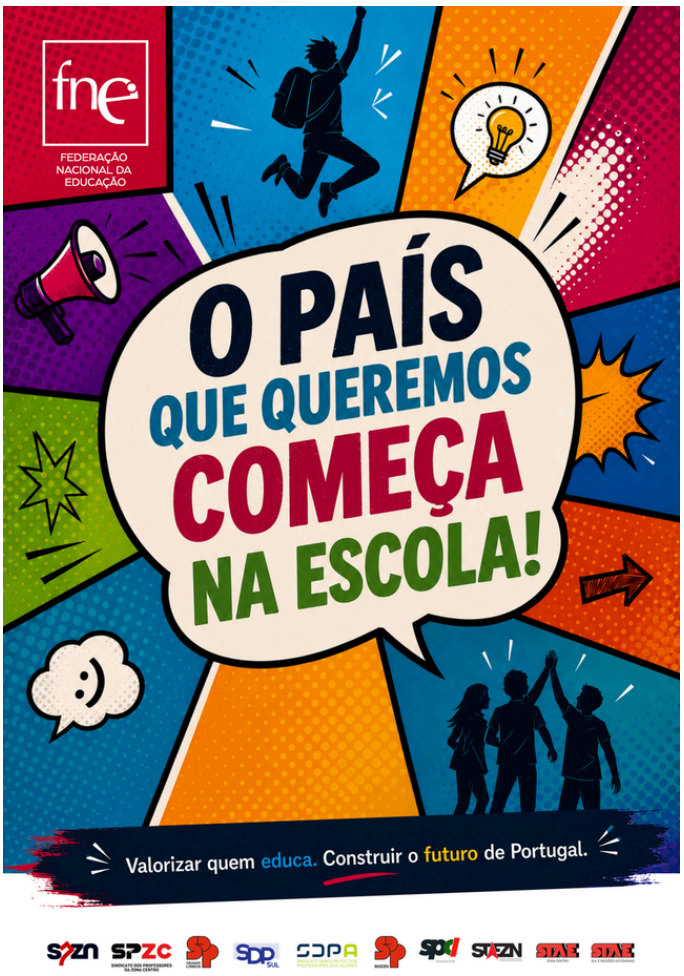
Quero que esse momento seja também uma oportunidade para refletirmos sobre o sindicalismo que queremos construir.

As organizações sindicais não podem viver apenas da sua história, por mais importante que ela seja. Têm de acompanhar as mudanças da sociedade, compreender as expectativas das novas gerações e encontrar formas de estar mais próximas dos trabalhadores.

A transformação digital, as novas ferramentas de comunicação e a inteligência artificial abrem possibilidades que devemos saber aproveitar. Mas nenhuma tecnologia substitui a relação de confiança que se estabelece quando um trabalhador encontra no seu sindicato alguém que o escuta, compreende o seu problema e procura ajudá-lo. Essa proximidade continua a ser, para mim, uma das maiores forças do sindicalismo.

Há, no entanto, outra questão que considero essencial. Num tempo em que o debate público é tantas vezes dominado pelo confronto e pela dificuldade em aceitar opiniões diferentes, as próprias organizações sindicais têm de dar o exemplo no respeito pelos princípios democráticos.

Não podemos exigir diálogo aos governos e recusá-lo dentro das nossas organizações. Não podemos defender a participação dos trabalhadores e, ao mesmo tempo, desvalorizar a opinião daqueles que pensam de forma diferente. Nem podemos permitir que interesses pessoais ou disputas de protagonismo se sobreponham à missão de representar quem trabalha. O sindicalismo ganha credibilidade pela coerência das suas posições, pela transparência das suas decisões e, acima de tudo, pela forma como age.



A negociação coletiva e o diálogo social são instrumentos fundamentais de uma democracia que se quer participada. Enfraquecê-los, desvalorizar as organizações representativas ou substituir a procura de entendimentos pela imposição unilateral de decisões não contribui para uma sociedade mais justa.

Precisamos de instituições fortes, mas também de instituições que saibam respeitar-se mutuamente. E precisamos de organizações sindicais que tenham a coragem de defender os seus princípios, mesmo quando isso não é o caminho mais fácil.

É com esta consciência que chegamos aos 44 anos da FNE.

44

1982 - 2026

Temos razões para olhar com orgulho para o percurso realizado.



Muitas das conquistas alcançadas resultaram do trabalho persistente de dirigentes, delegados sindicais, associados e de tantos profissionais que, ao longo destas quatro décadas, acreditaram na importância da ação coletiva.

A todos devemos reconhecimento. Mas a melhor forma de respeitar esse legado não é ficarmos presos ao passado. É sermos capazes de responder aos problemas do presente e preparar o futuro.

Portugal precisa de assumir a Educação como uma verdadeira prioridade nacional. Não apenas nos discursos, nos programas eleitorais ou nas ocasiões comemorativas, mas nas decisões políticas, no investimento, na organização das escolas e na valorização dos seus profissionais.

Não podemos continuar a olhar para a Educação em função de ciclos políticos ou de medidas que procuram resolver apenas as dificuldades mais imediatas. É necessária uma estratégia consistente, com objetivos claros, estabilidade e capacidade de antecipar os desafios.

Porque aquilo que hoje fazemos, ou deixamos de fazer, nas nossas escolas terá consequências no país que seremos daqui a dez, vinte ou trinta anos.

A Educação é um dos principais instrumentos de combate às desigualdades e de criação de oportunidades. É através dela que se formam cidadãos, se desenvolve o pensamento crítico e se criam condições para uma sociedade mais livre, mais justa e mais preparada.

Por isso, quando defendemos melhores condições de trabalho para os profissionais da Educação, não estamos apenas a defender interesses profissionais legítimos. Estamos também a defender a qualidade da Escola Pública e o direito de todos a uma Educação de qualidade.

Quarenta e quatro anos depois da sua fundação, a FNE continua a ter muito para dar à Educação e ao sindicalismo português.

44 Anos de História.
Um compromisso com o Futuro.

Da minha parte, mantenho a convicção de que vale a pena participar, reivindicar, negociar e procurar entendimentos que permitam melhorar a vida das pessoas.

Nem sempre conseguimos tudo aquilo que pretendemos, nem todos os processos avançam ao ritmo que desejamos. Mas é precisamente nas dificuldades que se exige maior determinação, capacidade de trabalho e sentido de responsabilidade.

É esse compromisso que quero reafirmar neste aniversário.

Continuaremos a defender os direitos dos profissionais da Educação, a exigir o respeito que lhes é devido e a trabalhar para que as nossas escolas tenham as condições de que necessitam.

Não porque seja apenas essa a nossa obrigação enquanto organização sindical, mas porque acreditamos que **defender quem educa é também defender o futuro do país.**

Porto, 3 de novembro de 2026

Pedro Barreiros
Secretário-Geral
Federação Nacional da Educação




fne
Juntos, escrevemos o futuro da educação.
44anos
FEDERAÇÃO NACIONAL DA EDUCAÇÃO
Valorizar quem educa. Construir o futuro de Portugal.